

**FACULDADE AGES
CAMPUS DE SENHOR DO BONFIM
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

INGRID YANE ANDRADE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O
PAPEL DO PROFESSOR**

**Senhor do Bonfim
2021**

INGRID YANE ANDRADE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O
PAPEL DO PROFESSOR**

Monografia apresentada no curso de graduação da Faculdade AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Larissa Oliveira Guimarães

SENHOR DO BONFIM

2021

INGRID YANE ANDRADE DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O
PAPEL DO PROFESSOR**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade Ages de Senhor do Bonfim.

Senhor do Bonfim, 06 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Larissa Oliveira Guimarães
Faculdade Ages de Senhor do Bonfim

Profª Msc. Maria das Dores Brandão de Oliveira
Faculdade Ages de Jacobina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente minha gratidão a Deus, por ter me dado muita força, saúde e equilíbrio para alcançar meus objetivos.

Agradeço aos meus pais por sempre priorizarem a educação de todos seus filhos, e por terem feito tudo o que podiam para que seus filhos tivessem a melhor educação.

Sem o apoio e companheirismo eu não teria feito tudo que fiz. Agradeço de coração por tudo que a minha mãe fez e faz por mim, sem medir esforços, e a meu pai também, por toda a compreensão durante a minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus irmãos, por sempre me apoiarem, motivarem e acreditarem no meu potencial. Amo todos vocês.

Agradeço à Faculdade Ages por tudo que foi vivido durante o meu processo de formação e pela oportunidade.

A todos os professores do colegiado que passaram pela minha vida acadêmica e a meus colegas de curso, o meu muito obrigado.

RESUMO

A Educação Física é uma modalidade de ensino muito importante para o desenvolvimento humano, principalmente quando alcança a igualdade e a inclusão. Todas as questões voltadas à Educação Física Escolar e a Educação inclusiva são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a mesma viabiliza a interação e a participação, além de estreitar os laços afetivos. Os profissionais atuantes da Educação Física na Educação Inclusiva precisam ser profissionais capazes de intervir quando o preconceito apontar no ambiente escolar, também é imprescindível adaptar e adequar os conteúdos pedagógicos que fazem parte do currículo escolar para melhor atender a todos. E assim, fazer com que o ensino da Educação Física escolar inclusiva seja relevante e auxilie no processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Através da inclusão é possível assegurar o direito de igualdade e de oportunidades, permitir que além de crianças, todo portador de deficiência possa se relacionar e interagir com outras crianças e outras pessoas que não apresentam necessidades especiais e vivenciar trocas que auxiliem em seu crescimento pessoal e intelectual. Nesse contexto, o professor tem o papel de mediar, e tem o objetivo de apontar para o aluno o caminho do aprendizado e da inclusão. Mesmo com o passar dos anos é possível perceber que os passos dados em direção a inclusão nas escolas brasileiras ainda não são suficientes para atender a essa população e, nesse sentido vale, ressaltar que algumas instituições foram criadas na tentativa de atender pessoas com necessidades educacionais especiais, porém as políticas públicas existentes não atendem adequadamente. Para tanto é importante que o professor conheça a realidade de seus alunos para a educação inclusiva fazer sentido no ambiente educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, Educação física, Educação física escolar, práticas de inclusão.

ABSTRACT

Physical Education is a very important teaching modality for human development, especially when it achieves equality and inclusion. All issues related to Physical Education and Inclusive Education are fundamental to the teaching and learning process, since it enables interaction and participation, in addition to strengthening affective ties. Professionals working in Physical Education in Inclusive Education need to be professionals capable of intervening when prejudice points to the school environment, it is also essential to adapt and adapt the pedagogical contents that are part of the school curriculum to better serve everyone. And so, making the teaching of Inclusive Physical Education in schools is relevant and helps in the teaching and learning process of students with special educational needs. Through inclusion, it is possible to ensure the right to equality and opportunity allow that, in addition to children, every person with a disability can relate and interact with other children and other people who do not have special needs and experience exchanges that help in their personal growth and intellectual. In this context, the teacher has the role of mediating, and aims to show the student the path to learning and inclusion. Even over the years, it is possible to see that the steps taken towards inclusion in Brazilian schools are still not enough to serve this population and, in this sense, it is worth mentioning that some institutions were created in an attempt to serve people with special educational needs, but the existing public policies do not respond adequately. Therefore, it is important that the teacher knows the reality of their students for inclusive education to make sense in the educational environment.

KEYWORDS: Inclusive education, Physical education, School physical education, inclusion practices.

LISTAS

LISTA DE QUADROS

1: Artigos, revistas, documentos e trabalhos acadêmicos que foram utilizados para a pesquisa	30
--	----

LISTA DE SIGLAS

- ANEE's** - Alunos que Apresentam Necessidades Educacionais Especiais
- CENESP**- Centro Nacional de Educação Especial
- CMEE**- Conferência Mundial de Educação Especial
- IBC**- Instituto Benjamim Constant
- LDBN**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC**- Ministério da Educação
- NAAH/S**- Núcleos de atividade das altas habilidades/superdotação
- NEE**- Necessidades Educacionais Especiais
- PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- SEESP**- Secretaria Estadual do Estado de São Paulo
- UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	09
2. MARCO TEÓRICO.....	12
3. MARCO METODOLÓGICO.....	26
4. MARCO ANALÍTICO.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é o momento em que se pode assegurar o direito de igualdade e de oportunidades, permitir não só que crianças, mas sim que os portadores de deficiência possam se relacionar e interagir com outras crianças e outras pessoas que não apresentam necessidades especiais e vivenciar trocas para poder crescer. É na troca do dia a dia que ocorre o desenvolvimento educacional, pois os exemplos fazem superar as fragilidades apresentadas por portadores de necessidades especiais. A perspectiva de educação inclusiva vai além de inserir crianças com necessidades educacionais especiais em sala regular de ensino.

Inclusão vai além da simples integração no ambiente escolar normal; é não deixar nenhum aluno de fora desde o início. Ou seja, é integrar desde o primeiro dia de aula, no primeiro momento que o aluno chega à escola e a vida, integrar é viver sem distinção na escola e na sociedade. Para Mantoan (2005), a escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença.

A integração prepara a pessoa com deficiência para ser incluído e aceito na sociedade. Já a inclusão ocorre quando a sociedade se adequa para atender às necessidades dessas pessoas. As escolas juntamente com os programas de ensino, principalmente da rede pública, devem ser direcionadas a atender as necessidades dos alunos, respeitar suas diferenças e suas individualidades, tornar possível a convivência e a aprendizagem de todos.

É notório que o processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais é diferente, mas isso não exclui o aluno da vivência nem da capacidade de percepção. Nesse processo delicado, o professor tem um papel muito importante, pois ele é o mediador, é aquele que conduz o aluno no caminho do aprendizado e da inclusão, seja ele portador de necessidades ou não. É de extrema importância que o professor vivencie a realidade da educação inclusiva para que assim seu ensino possa ser coerente com a realidade. Os autores Bessa (2011) e Libâneo (1994) citam que a qualidade mais importante na ação de um professor é a mediação entre o aluno e o meio em que ele vive.

A responsabilidade da inclusão no ensino regular é das escolas, pois este ambiente leva em si a transformação e aceitação do indivíduo em sociedade, e é de competência das escolas fazer as adaptações necessárias tanto dos espaços físicos quanto do curriculum para que, de fato, a inclusão aconteça por igual. A inclusão surgiu com o intuito de quebrar os paradigmas de ensino tradicional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, indica que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, devendo às escolas adequar-se para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001).

Percebe-se que as pessoas com necessidades educacionais especiais enfrentam muitas dificuldades no que se refere à aceitação e a educação inclusiva na sociedade atual. Há uma grande falha estrutural na sociedade no que diz respeito à diversidade humana, o que acaba dificultando a vida das pessoas que precisam de inclusão. Inclusão vai além de frequentar os mesmos lugares, inclusão é a vivência, é estar junto no dia a dia, e deixar que a pessoa com necessidades especiais faça parte da sociedade que a cerca, é socialização com diferentes grupos e compartilhar novas experiências.

Toda criança assim como todo ser humano é um ser social que faz parte de um grupo e de uma organização familiar que faz parte de uma sociedade. Desse modo, todo incentivo vindo da família e do meio que a cerca auxilia no desenvolvimento dessas crianças com necessidades educacionais especiais.

A aula de Educação Física por ser uma aula bastante prazerosa é bem aceita dentro das escolas, e pode contribuir com o processo de inclusão na escola regular, colaborando com o desenvolvimento social e intelectual da criança. A Educação Física Escolar promove uma variedade de atividades, o que possibilita inúmeros movimentos facilitando a coordenação além de possibilitar maior contato entre os alunos e ajudar na convivência e respeito pela diferença do outro.

Diante disso, percebendo e acolhendo as limitações das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, podemos refletir acerca de muitas questões, e uma delas seria: qual o papel do professor de educação física na

educação inclusiva, de que forma ele pode contribuir no processo de inclusão e de que forma está ligado com o processo de aprendizagem das crianças com deficiência?

Nesse sentido é importante mencionar que a criança com necessidades educacionais especiais precisa de um olhar mais atento por parte da escola, do professor, da família e da sociedade como um todo. Desse modo é importante incluir estes alunos nas aulas de educação física através das atividades feitas em grupos e individual principalmente através das atividades que irão auxiliar no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Em virtude das dificuldades vivenciadas por falta da inclusão, especialmente pelas crianças que estão em fase escolar, este trabalho tem como principal objetivo refletir acerca das principais problemáticas de inclusão de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais e do papel do professor de Educação Física no processo de aprendizagem destas crianças.

Vale ressaltar que o tema desta monografia foi escolhido por entender que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e na sociedade auxilia no desenvolvimento integral e que a educação física escolar é um meio eficaz para este processo. Sabe-se que é ao trabalhar a inclusão no ambiente escolar o professor tem o importante papel de mediar e influenciar o processo de inclusão, aceitação e aprendizagem destas crianças.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para melhor compreender como tem sido o caminho percorrido pela educação inclusiva no Brasil e como ela se encontra hoje, é necessário dar alguns passos para trás. Deve-se fazer uma análise acerca dos acontecimentos marcantes da história da educação inclusiva. O processo de inclusão no Brasil foi motivado por ações realizadas na Europa e nos Estados Unidos. Os primeiros passos foram dados por alguns brasileiros do século XIX, que organizaram trabalhos com o intuito de atender pessoas com algum tipo de necessidade especial, fosse ela física ou mental, sendo iniciativas oficiais e particulares. Essas iniciativas foram geradas por professores que tinham o intuito de prestar serviços educacionais especializados.

Bessa (2011) e Libâneo (1994) citam que a qualidade mais importante na ação de um professor é a mediação entre o aluno e o meio em que ele vive. Ainda sobre isso Morales (2001) diz que a relação professor-aluno na sala de aula é difícil e engloba vários aspectos, ou seja, não se pode diminuir a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa.

Em 12 de outubro de 1854, o atendimento escolar para pessoas que apresentavam necessidades especiais teve início no Brasil, quando D. Pedro II, através do decreto imperial nº 1428, fundou, na cidade do Rio de Janeiro o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Em 17 de maio de 1890, no Governo Republicano, o chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca e o Ministro da Instituição Pública, Correios e Telégrafos, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, assinaram o decreto n.º 408, que mudou o nome para Instituto de Cegos. Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo decreto n.º 1320, a escola passou a denominar-se “Instituto Benjamim Constant” (IBC), e tem o mesmo nome até os dias atuais.

De acordo com Mazzotta (2005), desde sua fundação a escola busca ter como maior característica ser um centro educacional voltado para a profissionalização de crianças com idade entre 7 e 14 anos de idade.

Em 1942, o IBC fez a primeira edição em braile de uma revista Brasileira para cegos. Já em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº. 4.024/61, que fala dos direitos dos excepcionais à educação, lei essa que fala do direito à inclusão e como segunda opção o ensino especializado.

Ainda sobre o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, vale lembrar que em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que inseriu a educação especial no planejamento de políticas públicas, ao mesmo tempo em que iniciou a criação de outros pequenos sistemas de Educação Especial nas escolas da rede pública, por meio de escolas e salas voltadas para o ensino especial. Segundo Ferreira e Glat (2003), é necessário que de uma maneira constante as “políticas públicas especiais” para a educação de alunos com necessidades educacionais, ou seja, salas especiais ou centros de ensinos especiais sejam implementadas.

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 3º tem como um dos seus objetivos mais importantes, “proporcionar o bem de todos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação”. Já no artigo 205, define a educação como direito de todos (BRASIL, 1988).

A ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Lei nº. 8.069/90, artigo 55) reforça os mecanismos legais citados anteriormente, ao apontar que "os pais ou responsáveis têm a responsabilidade de matricular seus filhos na escola regular, (BRASIL,1988). A Declaração Mundial de Educação para todos (1990) traz que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências exigem atenção especial. É imprescindível que se tomem decisões que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO,1990).

No ano de 1994, ocorreu uma conferência que foi realizada na Espanha, mais precisamente em Salamanca, com intuito de garantir os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais já previstos em lei. O resultado da conferência

foi a criação e aprovação da declaração de Salamanca (documento que deu força aos princípios mundiais de garantia de acesso e permanência de todos à educação), que garante que os alunos com esse tipo de necessidade possam ingressar em escolas regulares, independente de quaisquer diferenças, sejam físicas, intelectuais, sociais e emocionais. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), há uma nova definição do termo “necessidades educativas especiais”, a qual se refere “a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca de (1994), a ‘integração instrucional’ e o acesso às salas do ensino regular deve ser direcionada àqueles que “(...) tem possibilidades de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares previstas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. Isto deixa claro que as políticas públicas de ensino foram programadas para atender diferentes tipos de alunos com o mesmo ritmo de aprendizagem.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, indicam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, devendo às escolas adequar-se para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001).

O programa de educação inclusiva chamado: “direito à diversidade”, criado pelo Ministério da Educação em 2003, tem o objetivo de transformar os sistemas de ensino já existentes em sistemas educacionais inclusivos, que viabilizam a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para que os direitos de acesso de todos os alunos à educação especializada e à promoção da acessibilidade sejam garantidos (MEC, 2003).

Percebe-se que a educação especial no nosso país passou por várias reformas políticas, no entanto não foram destinadas verbas suficientes para a área da educação, principalmente para a educação inclusiva e para a formação continuada dos profissionais da educação, prova disso é o despreparo de muitos profissionais, que não sabem como agir diante de uma situação que exige a inclusão escolar e social.

2.2. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor tem um papel muito importante na educação inclusiva, pois ele é o responsável por mediar a integração do aluno com o meio educacional. É necessário que o professor vivencie a realidade da educação inclusiva para que assim seu ensino possa ser coerente com a realidade.

Diante dessas necessidades educacionais, o professor tem papel fundamental na educação física inclusiva, visto que ele é o responsável por direcionar seus alunos durante o processo pedagógico, além de criar momentos propícios para a construção do conhecimento. É nessa perspectiva de estar aberto a conhecer o outro, que Freire (2005) diz que o ideal é que durante o período de vivências educativo, professores e alunos possam conviver com o saber a ponto de ele virar sabedoria.

Ao analisar as questões educacionais que envolvem a educação inclusiva na sociedade atual, um dos pontos de discussão mais fortes faz referência às dificuldades que pessoas com necessidades educacionais especiais passam na organização de uma sociedade que está direcionada por padrões. Nota-se a falta de organização estrutural na sociedade em relação à diversidade humana o que acaba transpondo a pessoa que precisa de inclusão para a posição de vítima. É grande a necessidade de capacitação de professores para atuar na inclusão dentro de sala de aula, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as políticas educacionais atuais têm como objetivo a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais dentro do ensino regular.

Percebe-se que através da convivência e da socialização entre alunos com necessidades educacionais especiais e alunos que não possuem deficiências no mesmo ambiente escolar, há maior facilidade de adaptação e desenvolvimento durante o processo de ensino-aprendizagem. A troca de experiências por meio do convívio permite a troca com o outro e todos só têm a ganhar com isso. De acordo com a Conferência Mundial de Educação Especial (CMEE), (1994) “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”.

Inclusão é muito mais que simplesmente inserir o aluno em sala de aula regular. E de acordo com o CMEE (1994), incluir é dar condições necessárias para que o aluno seja incluído nas atividades seja dentro ou fora de sala principalmente nas aulas de educação física. Percebe-se que a educação inclusiva engloba a educação especial dentro da escola regular tornando esse ambiente um espaço para todos, já que ela beneficia todos os alunos à medida que considera que todos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Nesse sentido, é importante que as escolas juntamente com seu corpo docente respeitem a história pessoal do aluno para que a inclusão seja um processo natural. Ainda de acordo com o CMEE (1994), os professores têm papel importante, na ampliação da educação inclusiva. Esse processo de inclusão está voltado para o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do aluno, a partir de uma organização de aula que atenda todos os alunos, sem distinção.

É importante destacar que, caso essas estratégias não sejam viáveis, é interessante que o professor adapte as atividades de acordo com a necessidade da criança. Além disso, é importante que o docente incentive o aluno e comemore as suas conquistas. O CMEE (1994) aponta que quando uma criança com necessidades especiais percebe o reconhecimento de suas conquistas, ela entende que é capaz de realizar tarefas que poderiam lhes parecer impossíveis, o que faz com que conquiste a autoconfiança e se sinta capaz de enfrentar dificuldades e superar desafios.

Anteriormente não havia distinção entre escola regular e escola especial, e o surgimento da educação inclusiva colabora para a integração entre estas escolas. Ela é a educação especial dentro da escola regular que tem como objetivo proporcionar a convivência e a integração social dos alunos com necessidades especiais (a chamada deficiência), favorecendo a diversidade. A educação inclusiva é uma forma de ensino que deve ser considerada como um processo social ainda em construção mais que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. É um processo voltado para a formação e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor.

2.3. PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

As discussões acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais crescem e influenciam diretamente o ambiente escolar. Primeiramente, é necessário definir inclusão, para entender suas dificuldades e seus significados. Para Mantoan (2005), inclusão e educação inclusiva são respectivamente, a capacidade que o ser humano tem em se reconhecer no outro, pois a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. A inclusão é para o estudante que apresenta algum tipo de deficiência seja ela física, de comprometimento mental, para qualquer tipo de necessidade. Estar juntos em algum ambiente não simboliza inclusão, pois esta palavra vai além, vai ao convívio, interação um com o outro.

Percebe-se que inclusão é mais que estar no mesmo ambiente ou de frequentar os mesmos lugares, inclusão é quando se tem um vínculo de vivência, é da socialização do outro com o grupo, com o intuito de compartilhar suas experiências.

A educação inclusiva ainda tem um longo caminho a percorrer, porém as pessoas estão se conscientizando da necessidade de inclusão, e mesmo que as instituições de ensino nem sempre ajam para acolher, sabe-se que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (ANEE's) têm o direito de estarem inseridos em sala de aula regular.

Ao se tratar do processo de inclusão educacional na rede regular de ensino, é necessário levar em conta obstáculos que essa criança encontra na falta de acolhimento que acaba vivenciando, seja na família, na vida escolar, em sociedade, por não acreditarem que no processo de aprendizagem ela seja capaz de acompanhar os demais. Incluir é possibilitar que os ANEE's tenham liberdade de construir seu próprio processo de ensino aprendizagem de forma ativa e participativa e não significa inseri-los em salas especiais em ensino regular, onde as crianças só convivem nos momentos fora de sala de aula, ou seja, no intervalo ou entrada e saída da escola.

As comunidades escolares são espaços que têm como objetivo ofertar educação para todos. Portanto, quando se oferta o ensino em salas de educação especial separadas é mesmo que criar um isolamento dos alunos, pois eles precisam se relacionar com pessoas de realidade diferente, já que a inclusão só é configurada como tal quando a educação ocorre através da diversidade. Independente de ter ou não alguma deficiência todos têm habilidades e dificuldades, ou seja, todos têm potencial para aprender. Em entrevista para a revista nova escola em 2005, o autor Mantoan diz que a escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos.

O mesmo autor traz que a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade.

É preciso que haja o reconhecimento da importância do atendimento individual para que as necessidades educacionais de cada aluno sejam atendidas, envolvendo a aplicação de recursos didáticos específicos necessários à realização do desenvolvimento dos ANEE's (alunos que apresentam necessidades educacionais especiais). Mesmo com todas as mudanças voltadas para as leis e criação de programas de incentivo para inclusão, sabe-se que ainda se tem muito a ser feito para que os ANEE's possam ser verdadeiramente incluídos nas salas de ensino regular, onde o contato com a realidade vai acontecer, de forma que aceitem e sejam aceitos pelo grupo escolar. Mas, para que isto de fato aconteça, é necessária uma formação continuada de qualidade, que prepare os educadores, para incluírem primeiro os ANEE's no ambiente escolar sem que sejam estes apontados pelos demais indivíduos.

De acordo com o que foi descrito pelo MEC em 2007, a educação inclusiva implica na criação de políticas públicas que atendam às necessidades institucionais. Assim, a implantação de propostas com intuito de construir uma educação inclusiva exige mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas

metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

Está descrita na constituição brasileira que tanto as escolas públicas, quanto os particulares têm obrigação de aceitar a matrícula de qualquer aluno, e no caso de estudantes com alguma deficiência, a escola deve ficar atenta à mobilidade do aluno e às possibilidades de fala e comunicação diferenciadas para construir estratégias que possibilite o acesso, permanência e aprendizagem de cada um deles para que nenhum aluno seja obrigado a abandonar a escola. Nessas situações, a escola deve encontrar estratégias que possam viabilizar a aprendizagem de modo que o ANEE se sinta em condições normais de desenvolver-se.

Como mencionado anteriormente, a escola deve garantir o direito de acesso à educação para todos, de acordo com o que está descrito na Constituição de 1988, e isso não significa somente adequar a estrutura física da escola para que os alunos tenham acessibilidade: é imprescindível promover a formação dos professores para receber o aluno com necessidade educacional especial e inseri-lo no meio educacional. Além disso, é preciso criar estratégias para maior participação da família na vida escolar do aluno e adaptação do currículo de acordo com as limitações.

A história de vida, a cultura e as experiências que os alunos já trazem consigo podem ser valorizadas através de um bom projeto pedagógico e dos planos de aula dos professores. Quando o processo de ensino ocorre de forma padronizada não pode se esperar que alunos com realidades educacionais diferentes tenham o mesmo resultado. As escolas precisam criar condições para que os alunos aprendem no seu tempo e do seu modo.

A inclusão não se restringe apenas aos alunos que possuem necessidades especiais no processo de ensino aprendizagem, e sim dar suporte a toda escola com seu corpo docente, para que os objetivos de inclusão de todos no ambiente escolar sejam alcançados. Os objetivos só terão sucesso na escola com a ajuda de todos, por isso a escola precisa estar sempre adotando medidas para que o preconceito esteja fora do ambiente escolar. Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola inclusiva pode ser assim

definida ressaltando a importância da interação social de pessoas diferentes para a formação do sujeito, bem como, a relevância de se dar suporte aos educadores para a ação pedagógica diferenciada:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas (Brasil, 2001).

Ainda dentro da mesma perspectiva, o autor diz que a escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Entretanto, a execução da educação inclusiva muitas vezes não tem sido fácil principalmente no que se refere à mudança do dia a dia escolar. A implantação de propostas voltadas à construção de uma educação inclusiva exige mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com práticas que respondam às necessidades de todos os alunos, pois ao colocá-los simplesmente em salas de aula regular, não vai extinguir o problema: é preciso e fato que haja mudanças concretas para que as se desenvolver por inteiro.

E nesta perspectiva que a introdução dos mesmos na sociedade como um todo, para que se tenha uma vida normal, que a escola atribui um papel essencial junto com a família, pois é na escola que a integração começa. Muitas vezes dentro de casa a família tenta proteger a criança de todos os prováveis sofrimentos e é na escola que a criança tem seu primeiro contato com o mundo da forma como ele realmente é, isso permite o seu pleno desenvolvimento.

2.4. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

A Educação Física no passado era vista de uma forma muito diferente, onde o corpo era visto como o centro, símbolo de força e vitalidade. Para melhor

compreender como a Educação Física Escolar passa por muitas barreiras para se tornar inclusiva é imprescindível entender um pouco da trajetória até os dias atuais.

Com a Revolução Industrial e a divisão das classes, a Educação Física assumiu o papel na busca por hábitos mais saudáveis, o chamado modelo higienista, focado nas questões morais.

A Educação Física teve também como principal motivo os métodos adotados de ginástica que tinham como principal objetivo promover a saúde para constituir uma sociedade forte a fim de servir a pátria na guerra e fortalecer a indústria.

Nessa mesma época paralela ao ambiente escolar, devido à segunda guerra mundial, surgem centros de acolhimento e reabilitação que incorporam o esporte adaptado em suas práticas. Esse movimento de utilizar o esporte e a prática corporal como forma de reabilitar e integrar a pessoa com deficiência cresceu, deu origem à Educação Física Adaptada como uma área de conhecimento e teve sua representação também na Educação Física Escolar.

Percebe-se que apesar de muitas mudanças terem ocorrido, e as pessoas com deficiência estarem mais presentes na Educação Física Escolar, a supervalorização do corpo perfeito, atlético ainda é muito presente na sociedade. O direito ao acesso à Educação Básica, e também à Educação Física Escolar inclusiva está garantido em diversas diretrizes e leis, dentre elas a Constituição Federal de 1988, os (PCNS) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

De acordo com a Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) deve-se beneficiar a inclusão de estudantes com deficiência trazendo para o contexto escolar brasileiro princípios da educação inclusivos mundialmente discutidos.

A Educação Física passou por grandes transformações sofreu críticas e foi adaptando-se à inclusão. Na Educação Inclusiva, as individualidades e necessidades das pessoas com necessidades especiais não são desvalorizados, com isso busca-se o respeito da individualidade na sociedade e na inclusão social.

Para Abreu (2009), ao identificar que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino revelam a necessidade de questionar e confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, assume questões significativas na discussão acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. No entanto, para Cunha (2015), tomar as decisões adequadas à educação inclusiva não é garantia que de fato ela aconteça.

Nota-se que a Educação Física Escolar por ser uma disciplina que envolve atividades diversificadas e atrativas, e que possibilita maior contato entre os alunos é aceita com maior facilidade, e isso pode facilitar a convivência e respeito pela diferença e inclusão. Mas é importante que a escolha da metodologia e a maneira como o professor conduz a aula podem facilitar ou dificultar nesse processo. Na percepção de Oliveira (2013, p46), esse tipo de aula, ajuda muito os dois alunos, aliás, influencia a classe inteira.

Bezerra (2010) chama as intervenções que contribuem com o respeito e inclusão dos alunos como estratégias de convivência. Na página 59 o autor também diz que durante as aulas de Educação Física por conta dos movimentos corporais, da proximidade no decorrer da prática, e a necessidade de comunicação, contribui com a convivência social.

Outra maneira de promover a inclusão dentro do ambiente escolar e principalmente na Educação Física é a participação da família. Segundo uma pesquisa realizada por Gomes em 2012 a participação das famílias na escola vai de moderada. O comprometimento da família no processo educacional dos alunos com necessidades especiais é de muita importância para o processo de inclusão. Também é indispensável que a família estimule o aluno para participar de todas as atividades propostas pela escola.

Para os autores Arruda e Almeida, (2004, p. 16) a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular não se limita apenas a dedicação da escola, incluir também é interação e colaboração entre família, escola e sociedade. A criança é um sujeito social e histórico assim como todo ser humano, e faz parte de uma organização familiar que está inserida em na sociedade formada por pessoas com cultura totalmente diferente. Assim, a qualidade e quantidade da

estimulação recebida no ceio familiar e a interação dos pais tem relação como o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças que apresentam necessidades educacionais especiais.

Os familiares de pessoas com necessidades educacionais especiais precisam de informações sobre como lidar e compreender as características de cada um e qual tipo ajuda, tratamento indicada para cada pessoa. A Educação Física na visão de Rodrigues (2003), não pode ser imparcial no processo de inclusão da educação. Ela não pode ser um obstáculo nesse contexto.

É importante que os professores que trabalham com Educação Física na perspectiva de inclusão, revejam os objetivos de estudo e os métodos, para que o processo de inclusão não seja conflitante. Com isso a Educação Física enquanto componente curricular não pode ser indiferente frente ao movimento de inclusão.

Assim como mencionado no artigo 208 da Constituição Federal, toda criança tem direito a frequentar a escola no ensino regular indiscriminadamente, incluindo principalmente pessoas portadoras de necessidades especiais. Cidade (1997) citada por ele mesmo em (2000, p. 6) ressalta que a educação inclusiva definida como oportunidades a todos os estudantes, com deficiência severa ou não, a fim de prepará-los para a vida em sociedade (Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional, 1994 citado por Sasaki, 2003, p. 122).

Para melhor compreender a educação inclusiva é importante mencionar alguns termos e conceitos como: integração, relação inclusão/exclusão e normalização, que eram apropriados durante a história para apresentar o processo de inclusão. Para Mittler e Mittler (2001, p. 61), para que a integração aconteça com êxito espera-se que o aluno se adapte à escola, em vez da escola se adaptar a ele.

Em paralelo, os autores Cidade e Freitas (2002) apontam a escola como um espaço de inclusão que diz respeito a várias reflexões e debates, em relação a programas e políticas públicas de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. A grande problemática está relacionada a como possibilitar a inclusão na escola de forma responsável e competente.

2.5. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APRENDIZAGEM

É importante fazer uma reflexão sobre o papel do professor de Educação Física no contexto da Educação Inclusiva, principalmente no que diz respeito às aulas práticas, pois apesar de o professor deter o conhecimento relacionado aos recursos metodológicos e adaptações para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, muitos não possuem conhecimentos próprios da área de atuação na Educação Física referentes aos conteúdos da cultura corporal do movimento para a Educação Inclusiva.

A Educação Física, apesar de ser compreendida como sinônimo de movimento e voltada principalmente a fatores biológicos, é composta de conhecimento e diretamente ligada ao meio social, ou seja, a socialização é um dos principais motivos que favorece o vínculo afetivo da educação. De acordo com o que o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física se torna importante quando você realmente a entender profundamente, onde seja capaz de despertar o senso crítico tornando-o capaz de refletir acerca do quão ela é importante para a sociedade.

Nesse sentido Freire (2002) ressalta que há uma necessidade de cumplicidade entre professores e alunos para que a aprendizagem seja efetiva, pois os dois atos fazem parte de um mesmo processo em que o ensinar e o aprender são inseparáveis.

A principal ferramenta utilizada nas aulas de Educação Física Escolar é o corpo. Assim, ela precisa fazer uso dos movimentos nas atividades corporais como forma de ensino, ou seja, atividades que levem algum significado para os estudantes, que desperte a consciência crítica.

As ações realizadas na escola precisam trazer valores, ou seja, devem ter significados para seus alunos e intencionalidade por parte do professor, para que assim possa haver resultados positivos entre o que foi proposto.

O professor tem como principal papel intervir para proporcionar a aprendizagem perante as dificuldades apresentadas pelos alunos, incentivando-os a

manter o respeito e a boa convivência social, desenvolvendo o pensamento crítico para que se tornem pessoas mais conscientes da realidade em que vivem. Para Bracht (1999), a prática de atividades voltadas para o desenvolvimento motor dentro do componente curricular da Educação Física, visa firmar a identidade de seus conteúdos, bem como a identidade dos objetivos gerais a serem alcançados neste contexto. Entende-se que à Educação Física dentro do contexto da educação escolar, refere-se ao compromisso de alcançar mais conhecimento, para que o professor esteja sempre preparado para atender as demandas de seus alunos.

A escola tem um papel significativo para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, sendo a educação um dos principais fatores para o desenvolvimento.

Dessa forma, o sucesso da aprendizagem está em explorar o potencial de cada aluno. As dificuldades, e limitações de cada um não devem ser expostas no processo de ensino, e esse processo deve envolver ação cooperativa, desafios cognitivos e auto avaliação. De acordo com o pensamento de Nascimento e Silva (2012), deve-se pensar que, nos dias atuais, é necessária a reformulação das práticas educacionais.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão como um processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir indivíduos com necessidades educacionais especiais (NEE), fazendo com que tanto as pessoas, ainda excluídas sejam vistas e valorizadas pela sociedade. Sassaki (2006, p41) “[...] equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

Assim, é importante olhar para a individualidade de cada aluno para a condução de um processo inclusivo nas aulas de Educação Física e para estimular a participação social. Esta ação tem o objetivo de promover a aceitação e integração social do aluno com deficiência, inserido na sociedade. Por tanto, a Educação Física por meio de suas práticas educacionais, visa a compreensão da realidade, identificação, resolução de problemas e de assimilação da aprendizagem humana.

3. MARCO METODOLÓGICO

3.1. Tipo de Pesquisa

O caminho percorrido para realizar esta monografia iniciou com a escolha do tema e dos termos a serem estudados em artigos científicos, livros e revistas. A escolha dos termos e dos artigos para a composição deste trabalho aconteceu após a leitura da literatura sobre o tema. Assim, os termos escolhidos para a definição de pesquisa bibliográfica definiram a construção da monografia. Nesta pesquisa bibliográfica foi realizada a investigação de bibliografias que foram publicadas recentemente, (mais especificamente em até dez anos) e que tratam especificamente do tema a ser trabalhado em um estudo, tendo como objetivo levar o pesquisador a ficar diante dos conteúdos mais relevantes e que auxiliarão na construção. Estes temas podem ser encontrados em arquivos impressos, como livros e revistas, ou em modo digitais, como sites ou revistas eletrônicas. Para Gil, (2002, p 44), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir da análise de material de fontes confiáveis como artigos científicos e livros, não sendo recomendado material da internet.

Já na visão de Marconi e Lakatos (2003), este estudo tem como procedimento a monografia, que aborda a realização de estudos relacionados a um determinado tema, que tenha importância social e educacional, tendo o objetivo de procurar respostas através de determinado tipo de abordagem.

Esta pesquisa, conta com regras e padrões específicos de inclusão e exclusão de artigos, para chegar a uma conclusão científica satisfatória. Em outras palavras, o método de abordagem de pesquisa científica diz respeito à associação de métodos que auxilia na organização do pensamento do pesquisador para se chegar à solução da problemática apresentada. Para Hegenberg Apud Lakatos; Marconi, (2007) é o caminho ao qual o pesquisador chega a um resultado, mesmo que esse caminho não tenha sido antes determinado.

Outra abordagem também aqui utilizada foi a qualitativa, que assim como a abordagem de pesquisa científica permite que o pesquisador compreenda o que foi apontado em seu estudo, podendo assim tomar decisão frente a algumas situações.

Desta forma, a partir dos métodos utilizados, foram coletadas informações através da leitura de livros, revistas científicas, trabalhos acadêmicos, buscas no Google acadêmico, Scielo e artigos científicos, que foram publicados entre os anos de 2010 a 2020, para assim coletar informações que colaboraram na construção da monografia. Nesse sentido, Gil (2010) aponta que em numa pesquisa é importante aprofundar os conhecimentos diante de materiais que possam contribuir na resolução de problemas.

Dessa forma, para elaborar uma monografia é preciso que seja analisado todo e qualquer material utilizado. Tomando como ponto inicial o que se pretende levar ao leitor, o quanto a temática apresentada é importante para a Educação Física no contexto escolar inclusivo, bem como amenizar as lacunas existentes nas Leis que garantem o acesso à inclusão.

3.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Nessa pesquisa foi utilizado como critério de inclusão a seleção de livros, revistas científicas, trabalhos acadêmicos buscados no Google acadêmico, Meu Pergamum, repositório de monografias da Faculdade Ages, Scielo, artigos científicos com até 10 anos de publicação (2010 a 2020), Leis e a Constituição Federal, com o objetivo de desenvolver uma discussão ampla em relação à temática, possibilitando originar novos horizontes acerca dos benefícios da inclusão, foram incluídos artigos publicados apenas em português, e excluídos artigos publicados há mais de dez anos e artigos de revisão.

4. MARCO ANALÍTICO

4.1. Resultados e Discussões

No presente capítulo, procura-se apresentar os resultados alcançados através desse estudo, assim como viabilizar a discussão de tal tema no contexto da realidade social. Diante desse estudo, pretende-se apresentar ao leitor a importância do papel do professor na Educação Inclusiva bem como a importância da Educação Física Escolar.

Nota-se que o sistema educacional de ensino leva as crianças a se adaptarem ao sistema de ensino quando na verdade são as escolas que deveriam se adaptar aos alunos, às suas necessidades para que eles possam interagir com os demais alunos, pois ninguém é igual a ninguém, e nenhuma escola é igual a outra, mesmo tendo o mesmo tipo de ensino cada uma tem suas particularidades. Portanto, independentemente de qualquer tipo de deficiência, a escola deve priorizar o sucesso de seus alunos seja qual for sua necessidade.

Para elaborar as ideias aqui apresentadas, foi necessário realizar a busca do conteúdo através de livros, revistas científicas, trabalhos acadêmicos, buscas no Google acadêmico, Meu Pergamum, Scielo, Constituição Federal e a BNCC. Dessa forma, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física Escolar principalmente em salas de aula regular proporciona maior interação.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão na busca realizada nos bancos de dados online, foram selecionados 33 documentos, que se dividiram entre artigos científicos, livros, revistas e trechos de documentos importantes.

Dessa forma segue o quadro informativo dos materiais que foram utilizados na elaboração dessa pesquisa, catalogados de acordo com tipo de publicação, autor/ano, título e objetivo.

TIPO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR E ANO	TITULO OU REFERÊNCIA	OBJETIVO
Artigos científicos	2014.	Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto	Discute-se a institucionalização do acesso e permanência da pessoa com deficiência nos sistemas escolares e as práticas atuais de exclusão nos contextos social e escolar
Documentos	2017.	BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.	Regulamentar as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.
Documentos	1988.	Constituição da República Federativa do Brasil.	Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna.
Documentos	1994.	UNESCO-Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das Necessidades Educativas Especiais.	Informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de

			auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.
Documentos	2014.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho.	Evidenciar os direitos das pessoas com deficiência.
Livro	2013.	Metodologia de pesquisa.	Compreender como o ensino, a disciplina está empenhada em incentivar a reflexão sobre a construção do conhecimento e desenvolver habilidades necessárias para a atividade científica.
Revista Científica	2014.	Psicologia em Estudo	Identificar a abordagem adequada para esta monografia.
Trabalhos acadêmicos	2019.	Guia de inclusão na educação física na escola comum.	Apresentar os pressupostos básicos e caminho para uma Educação Física mais inclusiva
Trabalhos acadêmicos	2012.	O papel do professor no processo de inclusão.	Investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com deficiência, além de analisar os marcos históricos e normativos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais

			no Brasil.
Trabalhos acadêmicos		Pesquisa Bibliográfica Versus Revisão Bibliográfica - uma discussão necessária.	Proporcionar respostas aos problemas que são propostos.
Trabalhos acadêmicos	2020	Educação física na educação especial: contribuições no processo de aprendizagem e socialização.	Propicia ao aluno da Educação Especial a socialização, fortalecimento dos vínculos afetivos, desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, intelectual e motor.

Quadro1: Artigos, revistas, documentos, trabalhos acadêmicos que foram utilizados para a pesquisa e coleta de dados.

Com este trabalho pretende-se a partir dos conteúdos científicos que foram utilizados, apontar que a Educação Inclusiva é um meio capaz de proporcionar a interação entre pessoas com características diferentes. Nesse sentido, os estudos realizados apontam que de acordo com Bezerra, a Educação Física Escolar Inclusiva proporciona a aprendizagem e desenvolvimento das crianças por meio das atividades de inclusão, sendo esta uma intervenção que contribui com o respeito e inclusão dos alunos como estratégias de convivência. (Bezerra 2010).

Estudos apontam a importância e a relação do professor e do ambiente na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Os autores Bessa (2011) e Libâneo (1994) citam que a qualidade mais importante na ação de um professor é a mediação entre o aluno e o meio em que ele vive, e que por sua vez, está diretamente ligada aos sentimentos e à capacidade de aprendizagem do ser humano.

Durante muito tempo, a Inclusão, principalmente dentro do contexto escolar, não foi encarada com a devida importância que ela merece, e pode-se constatar isso no marco teórico no tópico 2.4 da Educação Física Escolar Inclusiva. Porém, todas as formas e maneiras de compreender a Inclusão para solucionar as problemáticas que cercam nessa temática em períodos passados serviram como base para construir e definir o conceito que hoje temos sobre o que é a inclusão e o papel do

professor de educação física e o quanto são importantes para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Este estudo também aponta as dificuldades que uma criança que apresenta necessidades educacionais especiais precisa enfrentar no seu cotidiano, assim como as dificuldades nas atividades escolares. Para tanto, é importante mencionar que o professor de Educação Física inclusiva tem o papel de acolher estas diferenças para melhor desenvolver as habilidades tanto intelectuais quanto sociais de cada aluno, e isto pode ser realizado através de planos de aula com atividades individual e em grupos que atenda a todos além de estimular o processo de aprendizagem indistintamente.

Nesse sentido, é importante para esse estudo, esclarecer a diferença dos termos inclusão e integração; a integração baseia-se na padronização da vida dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, já a inclusão vai além de reconhecimento e valorização da diversidade como direito, sendo essa uma discussão de muita importância para formar ideias a partir de temas que trabalham sobre a perspectiva da inclusão. Ao discutir sobre essa temática, não poderia deixar de citar Mantoan, que afirma que a inclusão é a característica nobre do ser humano que reconhecer no outro a capacidade que ele tem independente de condição, pois a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. O professor que trabalha com alunos diversos e da fase escolar diferente poderá propor atividades que seu alunado possa realizar de maneira que não seja muito simples ou que seja muito difícil, respeitando a individualidade de cada aluno.

Pode-se constatar a partir desse estudo, que as inclusões de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular possibilitam o desenvolvimento e colaboram com o processo integração e alfabetização das crianças.

A partir dos relatos dos autores mencionados durante a construção dessa monografia fica claro que a inclusão deve ocorrer a partir dos primeiros anos de vida, em todos os setores da sociedade e não somente no ambiente escolar, estimulando a interação desde os anos iniciais da vida humana. Ainda no capítulo primeiro que faz uma viagem no contexto histórico da educação inclusiva no Brasil,

veem-se relatos dos primeiros passos que foram dados em direção à inclusão que tinha o intuito de atender pessoas com algum tipo de necessidade especial, sendo iniciativas geradas por professores que tinham o intuito de propor serviços educacionais especializadas. Na perspectiva de Bessa (2011) e Libâneo (1994), a qualidade mais importante de um professor apresenta-se na ação de mediar o convívio do aluno e do meio em que ele vive.

No decorrer da pesquisa monográfica foi utilizada uma variedade de materiais que discorreu acerca da Educação Física Escolar Inclusiva, como algo que pode ser associado ao processo de ensino-aprendizagem do aluno que apresenta necessidades educacionais especial, adequando os métodos de ensino e o currículo da disciplina de Educação Física para atender a esse aluno.

No que diz respeito ao que foi apresentado no capítulo segundo caracterizado como o papel do professor na educação inclusiva, relacionado ao objetivo de mostrar o papel do professor durante esse processo de inclusão. Diante da grande variedade de necessidades educacionais que os alunos podem apresentar, o professor tem papel importante na Educação Física Inclusiva, sendo que é de responsabilidade do professor dá o direcionamento correto a seus alunos durante o processo pedagógico, além de criar momentos propícios para adaptação e construção do conhecimento. Para afirmar essa ideia, Freire (2005) vem dizer que o apropriado é que durante o período de vivências educativo, professores e alunos possam conviver como o saber a ponto dele virar sabedoria.

Em todo seu percurso, a Educação Física foi não direcionada para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão pleno, crítico, capaz de problematizar a sociedade e buscar resoluções para as problemáticas encontradas. No entanto, o professor depara-se com dificuldade de em adaptar a disciplina as demandas sociais dos alunos.

Com relação ao mencionado no capítulo terceiro sobre as discussões que são geradas em torno inclusão de alunos com necessidades educacionais vem sendo cada vez mais presente, e influenciando diretamente no ambiente escolar. Para Mantoan (2005), a educação inclusiva traz a oportunidade de fazer a pessoas se reconhecerem e se ver na necessidade do outro.

No capítulo quarto intitulado “Educação Física Escolar Inclusiva”, tem-se o objetivo de relacionar a Educação Inclusiva no campo da Educação Física Escolar, com reflexões acerca de como a Educação Física era vista no passado, onde o corpo era visto como sinônimo de vitalidade, força e beleza. A Educação Física escolar inclusiva percorreu um longo caminho até chegar ao que vemos nos dias atuais e para melhor compreender como a Educação Física Escolar passa por muitas barreiras para se tornar inclusiva é imprescindível entender um pouco da trajetória até os dias atuais.

A Educação Física através da educação Inclusiva tem como principal objetivo proporcionar o acesso ao conhecimento da cultura corporal do movimento no contexto escolar. Com isso, esta disciplina deve ter o aluno como foco principal, no intuito de desenvolver competências e condições de igualdade a todos. De fato, é notório que a sociedade é composta por pessoas muito diferentes, e cada diferença exige uma solução e convivência. Para isso, é necessário que o aluno com necessidades especiais seja visto e tratado como um ser humano que precisa da educação para desenvolver-se como cidadão que exercita seus direitos e deveres, como mencionado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esta lei indica que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, devendo às escolas adequar-se para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Diante disso, o professor de Educação Física precisa estar preparado para novas realidades, pois a escola é um ambiente de formação de novas gerações, onde se deve levar em consideração que alunos que apresentam necessidades educacionais especiais também podem ser autônomos, críticos e ativo na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a disciplina de Educação Física é de fundamental importância para a Educação Inclusiva, uma vez que o processo de ensino e aprendizagem como componente curricular é uma ferramenta de interação na sociedade. A Educação Física Escolar se torna necessária, sendo que essa etapa de ensino deve ser uma parceria entre escola e família. Nesse sentido, Educação Física é considerada fundamental no processo de Inclusão, pois é capaz de contribuir na formação dos alunos com deficiência que frequentam as escolas da rede pública dentro do ensino regular.

A Educação Física escolar quando assume o papel de Inclusão se torna indispensável, sendo que ela deve realizar um trabalho em parceria entre todos os profissionais da instituição e a família. Por tanto, sendo a disciplina de Educação Física um curricular obrigatório na Educação Básica é importante mencionar que todo aluno têm capacidade de aprender e participar da atividade independente da deficiência que ele apresenta. Por tanto é importante saber respeitar a individualidade dos alunos é identificar o modo como eles encaram o processo de aprendizagem e que é totalmente possível aprender com a diversidade presente no contexto escolar.

Neste sentido, compreende-se que para que a inclusão de fato aconteça é importante que a gestão escolar, os profissionais da educação, e a comunidade em geral não aceitem nenhum tipo de exclusão ou quaisquer sinais de preconceito dentro ou fora do espaço escolar, é importante ter a educação do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos como centro das atenções, respeitando a diversidade escolar. Dessa forma, a Educação Física respeitando a individualidade dos alunos cada vez mais se torna uma disciplina, ainda, mais importante e necessária para a Educação Inclusiva.

Sendo assim, diante de todas as informações mencionadas no decorrer da monografia, cabe às escolas juntamente com o poder público promover políticas públicas de inclusão com intuito de quebrar o paradigma de desigualdade e do

preconceito, visando à transformação do atual cenário educacional que dificulta o processo de inclusão.

Entende-se que a Educação tem o objetivo de transformar o aluno, colaborar com processo de aprendizagem e com o desenvolvimento integral, então qualquer outra forma contrária a isso não deve fazer parte deste cenário da educação.

Espera-se que o estudo contribua para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física e em todo ambiente escolar, além de enxergar o aluno com deficiência, como um aluno diferente, e não como incapaz, para que problemas educacionais presentes nas escolas sejam sanados é importante que a escola e o aluno conte com a colaboração da família.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Ricardo Gonçalves. **Inclusão na educação física Escolar: abrindo novas trilhas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado em educação física. Programa de Pós-Graduação em educação física, 2009

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

ALMEIDA, Célia Maria de Castro. **A problemática da formação de professores e o mestrado em educação UNIUBE**. RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v.1, n.1, p. 14 -23 ,jan/abr. 2001 – ISSN 1519-0919.

BEZERRA, Benedito G. **Leitura e produção de gêneros acadêmicos em cursos de especialização**. Teresina:2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRACHT, V. **A Constituição das Teorias Pedagógicas da Educação Física.** Caderno Cedes, ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.

CIDADE, R.E., FREITAS, P.S. **Noções sobre Educação Física e esporte para pessoas portadoras de deficiência.** Revista SciELO, Uberlandia, 1997.

CIDADE, R.E., FREITAS, P.S. **A Educação Física e inclusão: considerações para a pratica pedagógica na escola.** Revista Integração – MEC, Brasília, 2002.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Raissa Forte Pires. **Educação física escolar: concepções e princípios sobre inclusão escolar de professores da Rede Municipal de Fortaleza.** **Dissertação de mestrado.** Universidade Federal do Ceará, 2015

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** Comunicações. Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação. Ano 10, nº 1, junho de 2003.

GOMES, Claudia. **Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios para a Qualificação do Processo de Ensino e Aprendizagem**. UNICAMP – Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”**. 2005.

MITTLER, P. **Da exclusão a inclusão**. In: MITTLER, P. Educação Inclusiva: 2003. MITTLER, P.; MITTLER, P. Rumo à inclusão. In: Revista Pro-Posições da Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, nº 2-3, vol.12, jul/nov. 2001.

MORALES, P. V. **A relação professor-aluno - o que é, como se faz**. São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2001.

OLIVEIRA, Vinícius Carlos de. **Educação física e deficiência intelectual: prática pedagógica para a inclusão**. Dissertação Mestrado. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-graduação em Educação, 2013

SASSAKI, R.K. **Inclusão; construindo uma sociedade para todos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, IIE. 1994.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, C. M.; NASCIMENTO, V. J. **Estruturação da Educação Física no Ensino Médio e Técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina**. In: FOLLE, A.; FARIAS, G. O. (org.). **Educação Física: prática pedagógica e trabalho docente**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012.

	da Silva, Ingrid Yane Andrade, 1998.
	A Educação Inclusiva na Educação Física Escolar e o papel do professor/Ingrid Yane Andrade da Silva. - Senhor do Bonfim, 2021.
	40 f.:il.
	Orientadora: Profª Drª Larissa Oliveira Guimarães.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade Ages, Senhor do Bonfim, 2021.
	1. Educação Inclusiva. 2. Educação Física Escolar. 3. Prática Inclusiva I. Título. II. Faculdade Ages